From the SelectedWorks of Elói Martins Senhoras

January 2006

Uma Agenda Comum de Ação Social para o Meio Ambiente e Erradicação da Pobreza

Contact Author

Start Your Own SelectedWorks

Notify Me of New Work

Available at: http://works.bepress.com/eloi/87

POLÍTICA DUPLO-GANHADORA:
Uma Agenda Comum de Ação Social para o Meio Ambiente e Erradicação da Pobreza

Elói Martins Senhoras
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Instituto de Geociências (IG)
eloi@ige.unicamp.br

Resumo

O novo mapa demográfico da pobreza emerge em um momento de outra transição secular, a do paradigma da relação homem-natureza, onde se faz necessário o redimensionamento da discussão ecológica e da qualidade de vida das populações carentes, alertando para a sua característica necessariamente multidimensional e para os desafios que encerram, sobretudo quando se leva em conta que tal relação se reproduz de maneira complexa e problemática nos chamados contextos sociais vulneráveis, tão próximos à realidade brasileira. Através de uma forma crítica de pensar a erradicação da pobreza, dá-se a construção de um movimento heterodoxo no sentido de tirar os brasileiros da periferia da sociedade e conceituá-los como atores ativos, tanto na formulação de novas ações sobre a questão ambiental como na própria construção da cidadania e de melhores condições de vida para a população. A organização e mobilização dos brasileiros no desenvolvimento de uma ação social podem se mostrar como uma política duplo ganhadora (win-win), onde a grande oportunidade a ser aproveitada pela consolidação do trabalho voluntário como componente essencial de uma sociedade cada vez mais participativa está na raiz de uma estratégia conjunta de articulação de ganhos trazidos à questão ambiental e à erradicação da pobreza.

Palavras Chaves: *ação social*, *meio ambiente*, *pobreza*.

Área Temática: Sustentabilidade Econômica e Social.

1 - Introdução

Neste início de milênio, os processos que relacionam população, meio ambiente e desenvolvimento encontram-se, com prioridade, na pauta das discussões e atitudes da sociedade e dos governos de todo o mundo. Com efeito, as rápidas mudanças que caracterizam a nossa contemporaneidade vêm sendo acompanhadas por uma escalada sem precedentes da exclusão social e da progressiva degradação ambiental, ademais existe a redefinição do papel do Estado e o surgimento de novos atores sociais.

De sorte que, em conjunto, tais transformações trazem novos desafios e oportunidades para tratar as questões do meio ambiente e da pobreza. Faz sentido, então, a crescente preocupação com uma lógica diversa de desenvolvimento – sintetizada na noção de desenvolvimento sustentável[i] – abordando de maneira multivariada os aspectos econômicos, sócio-culturais, políticos e ambientais, e enfatizando o atendimento das demandas sociais e na conseqüente redução das desigualdades.

Nota-se, entretanto, que existem ainda questões merecedoras de melhor aprofundamento. Muitas facetas devem ser consideradas nesse debate, como a população de pobres e miseráveis e a sua inter-relação com o meio-ambiente, haja vista que a crise ambiental atinge um nível sem precedentes na história da humanidade e a politização da luta ecológica é uma necessidade que se apresenta urgente para solucionar o problema fundamental da qualidade de vida dessas populações vulneráveis.

Assim sendo, faz-se mister oferecer meios para compensar as perdas, facilitar adaptações às mudanças, recuperar capacidades perdidas e para melhorar níveis de segurança do meio ambiente, enfim, para assegurar algum grau de satisfação ao ser humano até idades avançadas e sem distinções de classe.

A sociedade brasileira não pode prescindir da colaboração dos seus cidadãos em estado de pobreza, certamente aqueles que mais precisam de uma política sócio-ambiental. É preciso resgatá-los da periferia, para onde são empurrados, para que participem na arena da vida, na luta pela solução dos problemas agudos que agitam o país.

Se afirmarmos que as pessoas são os autores de suas próprias trajetórias, também não podemos esquecer que, enquanto ser de relações, a caminhada em busca da autonomia e auto-realização se dá através da interação constante com o meio ambiente.

Na atualidade, poucas pessoas podem continuar sem consciência do fato de que suas ações locais são influenciadas e até determinadas por acontecimentos ou organismos de qualquer parte do mundo. Já o outro lado da moeda é menos evidente, mas tão significativo quanto o anterior; as ações cotidianas dos indivíduos produzem conseqüências globais[ii], daí surge a necessidade de consciência da população quanto a sua participação e responsabilidade pelo meio ambiente.

Assim, "pensar e trabalhar ambientalmente a erradicação da pobreza supõe uma nova racionalidade e, portanto, toda uma revisão da teoria e da *práxis* social" (Yunén, 1997), pois o projeto de desenvolvimento tal

como concebido pelas sociedades ocidentais não produziu os benefícios previstos nas condições de vida das pessoas, contribuindo para o crescimento da pobreza e exclusão social, aumentando as desigualdades e a degradação do meio ambiente, incidindo mais diretamente ao nível do cotidiano e da família, sobre mulheres e crianças. Uma das causas principais da problemática ambiental se encontra nos efeitos ambientais causados pela implantação de um estilo de desenvolvimento que mantém a insatisfação das necessidades da maioria da população e compromete drasticamente o equilíbrio planetário.

2 - A Problemática da Pobreza: O *Núcleo Duro* dos Desafios

A pobreza[iii] vem se tornando um grave problema de natureza social e econômica na sociedade brasileira moderna, provocando complicações, como a reestruturação social, a redistribuição de renda nacional e, sobretudo, trazendo um sério problema humano.

A pobreza e miséria são, antes de tudo, grandes problemas sociais, frutos da crescente desigualdade da população, mas sobretudo sérios problemas humanos, resultantes da marginalização a que é condenado o pobre na sociedade atual, caracterizada essa por sua vez pela industrialização, pelos valores utilitaristas e pela degradação ambiental.

Em tal sociedade, os valores estão fundados na produção e no consumo; por isso o valor que ela atribui a uma pessoa é medido por sua capacidade de produzir e consumir, e conseqüentemente quem não produz, nem consome, é marginalizado.

Na sociedade atual, quando o homem perde seu status profissional de trabalhador e, portanto, de produtor e consumidor, perde também seu valor mercantil, deixando de significar algo, por já não mais produzir. Resta-lhe o valor humano, o qual praticamente não interessa a ninguém por não ser valor produtivo, de uso ou de troca.

Diante desses valores, cresce no Brasil a consciência social sobre a urgente necessidade de erradicação da pobreza. Integrar o pobre no universo social maior, levando-o a participar ativamente dos valores e dos bens sociais de nosso tempo, é tarefa nobre que a todos incumbe.

O valor de um problema social certamente não pode ser medido apenas pela extensão percentual de um grupo no contexto da população total. Antes, deve-se avaliar as condições de vida desse grupo, as ações que são propostas pelo sistema social e a eficácia dessas ações na recuperação desse grupo populacional.

Embora se reconheça a gravidade cada vez maior da questão da pobreza, a multiplicidade de problemas e, particularmente, a situação de marginalidade e abandono em que se encontra uma representativa porcentagem da população brasileira, a vida representa uma acumulação de sucessivas deficiências. A pobreza, com suas dificuldades particulares, acentua as próprias condições de vida, agravadas pela inexistência de políticas que resguardem e amparem essas pessoas.

Para o Brasil, nunca é demais lembrar que o desafio do mundo "pós-industrial" aparece quando a grande maioria da população continua excluída dos benefícios mínimos da revolução industrial; quando imensos setores da população continuam excluídos do consumo da maioria dos bens e serviços produzidos.

A questão social da marginalidade social no Brasil teve, durante muitos anos, encaminhamento semelhante ao das demais questões sociais, ou seja, as ações propostas eram de natureza assistencialista, objetivando suprir algumas carências básicas desta população. Nesta perspectiva, a filosofia da política para este setor confundia-se com a caridade e, na sua maior parte com a finalidade exclusiva de manter biologicamente o as populações miseráveis.

A partir das últimas décadas do século XX, o Estado brasileiro começa a mudar o modo de atuação na área social, de modo que, com o aumento e fortalecimento do pequeno e atuante Terceiro Setor[iv] novos recursos humanos são mobilizados no sentido de uma ação pró-ativa de integração social do pobre em suas comunidades.

Diante dessa nova realidade, as ações de políticas públicas requerem uma adequação ao novo perfil sócio-demográfico e uma revisão na estrutura e nas formas de atuação das instituições públicas, uma vez que as tradicionais *políticas nacionais* de assistência à pobreza perdem relevância, ao passo que vem ganhando expressão o *enfoque local* para a formulação de políticas de erradicação da pobreza.

3 - Meio Ambiente: A Necessidade de Preservação

As atitudes do homem em relação ao meio ambiente têm variado através do tempo, entre regiões e culturas. O homem primitivo, com alguns povos remanescentes no século XXI, temia e respeitava a natureza, por considerá-la sinônimo de Deus. No mundo atual, as abordagens sobre o meio ambiente têm uma grande variação, desde a exploração máxima, onde o foco encontra-se no retorno econômico, até a visão completamente preservacionista dos ecologistas mais radicais.

Na crise ambiental é freqüentemente difícil evitar os extremos apocalípticos de um lado ou otimismos tecnológicos, de outro, mas caminhar pelo meio não é necessariamente uma virtude, pois o fato de existirem duas visões extremas não garante que a verdade fique no meio.

Diante disso, a nova preocupação, fruto e fonte do moderno ambientalismo se alia a uma visão holística da questão, de forma que não se trata apenas de identificar como problemas os elementos ambientais, mas a preocupação hoje coloca em questão todo o modo de vida, pois com o advento da

chamada *questão* ambiental, a constatação do alto grau de degradação ambiental existente no planeta coloca para a sociedade o desafio de efetuar mudanças em todos os níveis de relacionamento do homem com o meio ambiente[v].

Porém, essa relação entre população e meio ambiente vem sendo interpretada predominantemente através da abordagem neomalthusiana, segundo a qual o equilíbrio ambiental apresenta-se como produto do tamanho e crescimento da população, havendo assim, uma relação direta entre crescimento demográfico e pressão sobre recursos naturais. Disso resultaria a conclusão imediata da necessidade do controle populacional.

Essa visão simplista, no entanto, não relaciona a questão ambiental aos aspectos ligados ao desenvolvimento e ao crescimento econômico, ou seja, não incorpora que os padrões de produção e consumo, até então conhecidos, são extremamente devastadores, poluidores e criam assimetrias sociais.

Entretanto, com a diminuição das taxas de crescimento populacional, que se verifica na maioria dos países do Mundo, especialmente no Brasil, essa questão adquire uma outra perspectiva. A concentração da população em determinadas regiões pode vir a se constituir, em um futuro não muito distante, em dificuldade para a sustentabilidade dessas regiões.

George Martine (1993), discutindo a relação entre população, meio ambiente e desenvolvimento, afirma que as questões ambientais que afetam de maneira mais direta o quotidiano da maioria da população brasileira deverão ser resolvidas no âmbito de espaços urbanos construídos ou em construção[vi], e não em espaços naturais ou intocados. Segundo esse autor, o Brasil vai participar dos problemas ambientais globais, em grande parte, através do que ocorre em suas áreas de adensamento demográfico e não através de sua mata.

Como o crescimento populacional impôs a intensificação dos sistemas de produção e conseqüentemente agravamento dos problemas causados pela poluição no meio urbano[vii], onde há maior concentração populacional, os problemas tendem a se radicalizar, pois as desigualdades, a pobreza, contribuem para a agressão voluntária e involuntária ao meio ambiente. Os danos provocados pelos desastres naturais ou socialmente induzidos afetam desproporcionalmente a população pobre, reforçando assim o ciclo vicioso de vulnerabilidade ambiental e de pobreza.

Dessa mesma maneira, pela primeira vez na historiada humanidade, todas as civilizações estão caminhando para situações catastróficas, entendidas estas como situações em que, de forma mais ou menos traumática e dolorosa, acabarão impondo a necessidade de novas relações entres os homens e entre estes e a natureza.

É verdade que tal perigo não ameaça todo mundo da mesma forma, na mesma intensidade e com a mesma iminência. As populações que já sofrem as catástrofes sociais, as que não têm tecnologia nem capital, as que são empurradas sempre mais longe dos centros de produção e consumo, as mais pobres e marginalizadas são as que mais intensa e rapidamente sofrem os problemas do esgotamento do solo, da penúria da água, da falta de moradia e de alimentos. A questão ecológica ou ambiental, portanto, diz respeito, ao mesmo tempo, às relações entre os homens e às relações destes com a natureza, entendida como seu meio ambiente e fornecedora de meios de vida.

Apesar de identificada e ter seus impactos previstos, a crise ecológica ainda não provocou as necessárias mudanças de hábito. A geração atual continua produzindo e consumindo como se os recursos naturais fossem eternos e com a ilusão de que o avanço técnico resolverá todos os problemas.

Ao depredar os recursos naturais e sujar o planeta, as gerações atuais estão dificultando a sobrevivência econômica e impedindo as gerações futuras de ter um meio ambiente de qualidade. Com isso, podem estar provocando um *apartheid* contra as gerações que ainda nem existem.

4 - Cidadania: O Elo de Integração do Binômio Pobreza/Meio-Ambiente

Com a radicalização dos problemas ambientais e com a conseqüente ameaça de destruição do homem e seu meio, as questões relativas ao meio ambiente têm assumido uma dimensão política e passam a fazer parte do exercício da cidadania[viii]. Diante disso, devem ocorrer inovações quanto à participação do brasileiro, através da inclusão de preocupações ligadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento social, garantindo melhores condições de vida e a erradicação da pobreza.

Dada a importância e amplitude dos problemas trazidos pela degradação ambiental, não restam dúvidas de que as lutas contemporâneas passam, em todos os níveis pela relação entre seres humanos e meio ambiente, uma vez que a inter-relação homem-natureza é uma totalidade dinâmica, onde um e outro são personagens ativos que contracenam e dependem um do outro.

Uma vez que a questão ambiental é inerente à condição humana e já que os conflitos, desigualdades, opressões e dominações também perpassam por essa dimensão, nada mais evidente do que concluir que a existência social de uma cidadania ambiental, luta pela realização de direitos ambientais, passa pela participação e conscientização dos excluídos.

Essa participação inclui a busca de espaços para a concretização dos princípios e práticas oriundos desse exercício, mas manifesta-se, também, pela produção de novas práticas sócio-ambientais, permitindo novos direitos na vida social e criando mecanismos de *enforcement* para os poderes públicos respeitarem

normas que eles mesmos editaram, não obstante aprofundando uma racionalidade da convivência e da emancipação.

As pessoas podem ser importantes aliados e profícuos colaboradores na ação humana de instruir, educar e advertir as atuais gerações sobre as conseqüências da ação humana na degradação do meio ambiente, pois elas têm muito a oferecer à sociedade e à causa ambiental.

A possibilidade de transformação está nas mãos dos brasileiros. Com a preeminência de preocupações ecológicas e de novos movimentos sociais, o brasileiro pode estar ainda engajado em causas que o transcendem, que não envelhecem e que dão significado aos gestos quotidianos, tendo a capacidade de buscar a conformação de uma sociedade ecologicamente equilibrada, onde prevaleça a sustentabilidade, a justiça e a democracia participativa.

- Algumas formas de tratar a questão de maneira ampla e inovadora podem ser exemplificadas através da perspectiva de mudança na atitude das pessoas quanto ao seu ambiente, segundo iniciativas que sugerem a possibilidade de melhoria no binômio pobreza/meio-ambiente no meio local, seja ele meio urbano ou rural[ix].

Nestas experiências ambientais devem existir alguns valores que são fundamentais para a construção de uma cidadania bem sucedida. O estar em grupo para enfrentamento da situação específica é um valor que precisa ser ressaltado, pois em grupo as pessoas se ajudam mutuamente, trocam experiências e conhecimentos, superam a auto-imagem negativa e têm mais ânimo para enfrentar as dificuldades, rompendo o isolamento.

Por outro lado, é também verdade que, para a solução de muitos problemas ambientais importantes sobretudo para as populações locais, o desenvolvimento econômico possui uma correlação positiva importante. É o caso, por exemplo, da sanidade dos alimentos, do destino do lixo urbano, do saneamento básico e da qualidade das águas, da preservação das paisagens e da conservação do solo. Para muitos dos principais problemas ambientais, portanto, as comunidades mais desenvolvidas não só têm mais recursos para tratá-los, como possuem uma forte presença da opinião pública a demandar uma melhor qualidade ambiental. O que implica em maiores investimentos do Estado e das empresas em regulamentações mais rígidas.

Dentre as estratégias de *ecodesenvolvimento*, a ação social poderia vir a implementar localmente o conceito de desenvolvimento sustentável através de formas participativas com a comunidade e adaptadas a sua cultura e às necessidades econômicas e ambientalmente prudentes.

Na verdade essa nova estratégia de desenvolvimento coloca a necessidade de intervenções através de “novas políticas”, passando a tratar o meio ambiente como um importante elemento de articulação para o combate e erradicação da pobreza, conforme seja a capacidade de criação de renda e geração de ocupações, a fim de ultrapassar as atuais condições sociais e econômicas que determinam o estado de pobreza e exclusão social.

Ante esta situação, a construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa passa a ser uma condição *sine qua non* de preservação do meio ambiente, erradicação da pobreza e atuação dos mais necessitados engendrando atividades que criem respeito à natureza e a dignidade do ser humano.

Na perspectiva daqueles que mais precisam, o fio condutor das propostas sobre desenvolvimento sustentável pode estar voltado também à defesa da cidadania e da democracia participativa, buscando reconhecer o direito de preservação da Terra às futuras gerações e a capacidade que os pobres têm de viverem suas vidas com autonomia e com acesso à interação social, sem restrições de mobilidade, comunicação, educação ou cultura.

Neste sentido, os movimentos sociais e as organizações civis são importantes catalisadores de reivindicação para uma ação participativa da população na transformação da ordem social vigente em um modelo de desenvolvimento social justo e ecologicamente sustentável.

4.1 – Desafios Da Pobreza e a Capacidade de Mobilização

A erradicação da pobreza é uma aspiração natural de qualquer sociedade; mas tal, por si só não é o bastante. É importante almejar uma melhoria da qualidade de vida daqueles em condições precárias. Manutenção de autonomia e independência é tarefa complexa que resulta dessa conquista social.

Assim faz-se necessário levar em consideração que embora a pobreza, o risco e a vulnerabilidade não sejam sinônimos, eles estão freqüentemente relacionados a essa complexidade. Níveis baixos de renda e desemprego exacerbam tanto a pobreza quanto a degradação do meio ambiente. Dada a elevação do número de pobres no contexto urbano e a necessidade destes de degradar o meio ambiente para sobreviver tendo em vista a ausência de programas de desenvolvimento que os contemple, dois desafios, vistos por alguns estudiosos como contraditórios, se colocam para se atingir um desenvolvimento sustentável: a redução da pobreza e conseqüentemente da fome e a proteção do meio ambiente.

Sem desenvolvimento econômico social, na presença de desigualdades sociais profundas, pensar na possibilidade de um Brasil ecologicamente sustentável torna-se um sonho, uma utopia. A pobreza e a degradação ambiental devem ser combatidos simultaneamente. Deve-se romper com a visão limitada,

positivista de que a técnica resolveria todos os problemas, de que a natureza é um poço de riquezas ilimitadas. A longo prazo, tal modelo de desenvolvimento não se sustentaria.

Em países como o Brasil, a aceitação, legitimação e maturidade da problemática ambiental pelo poder público, torna-se urgente, a fim de que se possa dar maior atenção à degradação ambiental em áreas marginais. O desafio do poder público consiste em redimensionar seus recursos para enfrentar a batalha ora presente. Isto não se faz, porém, sem uma mudança de valores, sem a participação da população, dos pobres.

No caso brasileiro, as políticas de desenvolvimento local devem ter como eixo central a eliminação da pobreza de forma ambientalmente sustentada. Não há no Brasil uma política mais abrangente voltada especificamente para eliminar a pobreza: o que existe são programas e projetos isolados, que acabam tendo pouca repercussão a médio e longo prazos para a integração social dos pobres. Na grande maioria das vezes a ênfase das políticas de combate à pobreza é setorial e com uma abordagem parcial dos problemas. Além disso, as políticas voltadas para a pobreza são geralmente assistencialistas, de curto prazo, gerando mais dependência do que formas de se resolver os problemas locais.

Nas áreas mais pobres do país, os municípios também são pobres e dispõem de menores capacidades institucionais e profissionais, inclusive para possibilitar o seu acesso aos programas e planos das esferas administrativas públicas, assim como para atraírem recursos e investimentos privados. A maior parte dos programas governamentais da atualidade são de livre acesso de modo que os municípios mais ricos, mais bem localizados, com servidores públicos mais capacitados, e com melhor organização institucional sempre levam vantagem no acesso aos recursos públicos em comparação com os demais. Cai-se, assim, num círculo vicioso de pobreza que exige políticas direcionadas especificamente para esses municípios menos favorecidos.

A partir de um patamar mínimo de cidadania que supõem a eliminação da pobreza, pode-se pensar em outras políticas que permitam: a) desenvolver a capacidade da população mais pobre para a geração, execução e gestão de iniciativas de desenvolvimento local; b) enfatizar a ação pública de fomento e investimento, de modo que seus programas operem de forma descentralizada e desenvolvam as potencialidades locais, assim como a associação e a participação de seus destinatários; e c) potencializar as instâncias de "orquestração" dos interesses do local para divulgação e implementação dos programas e políticas, de modo a facilitar o acesso de todos os beneficiários.

Mas a questão fundamental é como lograr esse patamar mínimo de cidadania. No caso brasileiro em geral - e do Nordeste em particular -, três políticas públicas nos parecem essenciais: a) os investimentos em infra-estrutura básica; b) incentivos à auto-construção (mutirões) e c) programas de garantia de renda mínima.

A ser assim, então o desenvolvimento local depende criticamente da emergência de instituições sociais civis. Essa é, aliás, a conclusão que se pode extrair do estudo sobre a Itália feita por Putnam (1993), que mostrou que a principal razão do superior desempenho econômico da parte central daquele país, nas décadas de 1980 e 1990, se devem às tradições de associação voluntária e envolvimento cívico enraizadas na região. As possibilidades de desenvolvimento econômico na região estiveram dependentes menos de sua vocação socioeconômica à sua vocação cívica, haja vista que particularmente as organizações do Terceiro Setor determinaram as perspectivas de progresso sócio-econômico.

Portanto, dentre as instituições públicas e privadas, o Terceiro Setor e os Municípios brasileiros aparecem, no momento, como as mais adequadas e capazes estruturas para responder às necessidades específicas dessas pessoas pobres e miseráveis. A interação da ação social voluntária com projetos de erradicação da pobreza e melhora das condições de vida com responsabilidade ambiental pode ser o ponto de partida em muitos locais e suas conquistas são destacadas em dois planos: no plano pessoal e no plano coletivo.

No plano pessoal, o destaque é para a possibilidade que as pessoas têm de melhorar a auto-imagem, retomar a auto-estima e obter um relacionamento familiar a um nível mais elevado; o que leva as pessoas sempre a falar num reviver, num renascer.

No plano coletivo, representam a criação de um espaço de participação, onde o bem-estar com a vida e com os outros passam a ser vividos coletivamente. Ao mesmo tempo, é um espaço de negação da pobreza na sua concepção antiga como etapa de perdas, frustrações e falta de perspectivas.

Por último, o espaço oferecido pela participação popular nas esferas locais, possibilita o questionamento da pobreza que, colocada apenas num plano de responsabilidade pessoal, tipo "só é miserável quem quer"; é redesenhada como uma questão social coletiva, onde o problema não está nas pessoas, mas nas estruturas injustas das sociedades que precisam ser transformadas.

4.2 – A Politização da Questão Ambiental e da Pobreza

Mesmo, dez anos após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio 92 - a população brasileira continua sofrendo os efeitos perversos gerados por padrões de produção e de consumo inadequados que afetam negativamente o processo de desenvolvimento sustentável. A persistência dessa situação afeta tanto as condições de vida e bem-estar da geração atual quanto aquelas das gerações futuras.

No entanto, a população brasileira necessita construir um razoável grau de consciência ambiental, juntamente com os dirigentes municipais a fim de convocar todos os demais cidadãos à preparação e implementação de suas Agendas 21 locais[x].

Cabe ao cidadão brasileiro realizar o encontro necessário entre a agenda ambiental e a agenda social, ao enunciar a sua indissociabilidade e a necessidade de que a degradação do meio ambiente seja enfrentada juntamente com a ação social ativa das pessoas, na promoção de uma *gestão consorciada* inter-relacionando a construção de uma parceria entre a erradicação da pobreza e a questão ambiental nos municípios, permitindo assim, caminhar rumo à sustentabilidade[xi], com vistas à melhoria da qualidade de saúde e vida da população abrangida, diante de uma estratégia eficiente de reengenharia sócio-ambiental e mobilização dos municípios.

As formas definidas de ação social devem combinar demandas populares e políticas públicas[xii] do município, onde se pode influenciar decisivamente nos investimentos a serem feitos, desde serviços a serem prestados diretamente às comunidades mais carentes, como obras de infra-estrutura em geral.

Dessa forma, é fundamental que as pessoas brasileiras tenham acesso e descubram os mecanismos de participação popular e entendam como se constitui um poder local, indo além da simples forma de descentralização do Estado, pois o poder local é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, nele se efetiva um verdadeiro e concreto aprendizado da gestão da causa pública, por meio dos movimentos sociais que nele se realizam de forma original, colaborando assim para o fortalecimento da solidariedade social.

Mas a falta de organização social - especialmente da sociedade civil - tem se mostrado como uma barreira tão ou mais forte que a miséria das populações, especialmente no momento em que a globalização revaloriza os espaços locais como arenas de participação política, econômica e social para os grupos organizados.

O enfoque do desenvolvimento local pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os diferente sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares. Mas essa organização nem sempre existe a nível local; e quando existe, está restrita àqueles “velhos” atores sociais responsáveis em última instância pelo próprio subdesenvolvimento do local.

Nesse sentido podemos dizer que o desenvolvimento local sustentável precisa ser também entendido como desenvolvimento político no sentido de permitir uma melhor representação dos diversos atores, especialmente daqueles segmentos majoritários e que quase sempre são excluídos do processo pelas elites locais.

Dessa forma, os grupos de combate à pobreza e Ongs ambientais devem pressionar os políticos para que sejam instituídos conselhos comunitários de defesa do meio ambiente e de erradicação da pobreza.

A introdução de Conselhos Municipais, combinada aos movimentos sociais auto-organizados e ecologistas, dentre outros é uma concepção mista, que soma poder público e sociedade civil, onde novas instâncias podem começar a surgir, ampliando e enriquecendo o conceito de participação na elaboração do orçamento local. O objetivo é fazer uma discussão pública, democratizando as decisões sobre o orçamento, enfim, abrindo a “caixa-preta” e inserindo novas relações entre governos e sociedade quanto à discussão sócio-ambiental.

A execução desse projeto deve ser coordenada por um órgão ambiental municipal em cooperação com outros atores locais (públicos ou privados – empresas, ONGs, universidades ou associações), a fim de melhorar a qualidade ambiental nas cidades e contribuir para incentivar os esforços locais no sentido de alcançar o desenvolvimento sustentável, através de um longo processo orientado para a justiça social e ecológica, cujo horizonte deve estar em contínua transformação.

Para levar a cabo essa tarefa, um dos primeiros passos é a formulação de uma estratégia de gestão e um plano de ação interligando o meio ambiente e a erradicação da pobreza. Esse processo de planejamento deve levar em conta as especificidades de localidade, baseando-se na participação e na formação de parcerias comprometidas com o mais necessitado e com a sustentabilidade ambiental.

Através de um diagnóstico bem elaborado pode-se identificar os principais problemas e reivindicações e propor as principais linhas de uma política de desenvolvimento para o município. Entre essas linhas destacam-se: a qualidade de vida; a questão sócio-econômica do pobre; o acesso a novas tecnologias e alternativas de produção que garantam a qualidade e a conservação do meio ambiente; a infra-estrutura produtiva e social; o acesso à saúde gratuita; a valorização do conhecimento e da cultura da população local, a participação dos jovens, mulheres e idosos e sua participação nas decisões que envolvam as políticas para o município.

Nada deve impedir, por exemplo, que além de diretrizes “de cima para baixo” para as questões referentes ao meio ambiente, previdência, saúde, educação e lazer existam *bottom-up policies* ou ações “de baixo para cima” para esses mesmos temas, delineadas por iniciativas locais que visem atender objetivos mais particulares da comunidade.

Uma política local para erradicação da pobreza deve ser, acima de tudo, um processo de reconstrução social, que deve se dar "de baixo para cima" e contar com a participação efetiva dos atores sociais.

Se as modificações da sociedade forem buscadas numa perspectiva mais ampla, será possível descobrir toda uma série de atividades para os desempregados, em vários níveis, não necessariamente inscritas num desenho único, mas que podem nascer de diferentes inspirações ou necessidades locais, até

mesmo preparadas a muitas mão, por inúmeros atores, articulando-se intergeracionalmente. Podem então confluir muitas iniciativas no nível micro da sociedade, a partir de ações à primeira vista limitadas e parciais, mas com potencialidade de irradiação e de contágio, verdadeiros laboratórios de práticas sociais, experiências concretas portadoras de futuro.

Um trabalho assumido coletivamente tem potencial para trazer resultados bastante significativos para a causa ambiental e para o combate à pobreza, pois o fator educativo na realização de um projeto envolvendo a ação social é fundamental para o crescimento do grupo e para a cristalização de valores básicos, necessários à construção da cidadania e de melhores condições de vida.

O exercício da democracia e a construção de alternativas que possam propiciar a retomada da confiança no poder popular começam do pequeno, do local, do núcleo de convivência mais imediato e é ele a base para projetos mais amplos e abrangentes, podendo ser uma fonte privilegiada de aprendizado no sentido de construção permanente do "novo" e de resgate da memória, visando condições de vida com saúde, dignidade e participação de todos nos processos de mudança.

Todos estes fatos nos levam a refletir sobre a importância da atuação da participação popular no papel não só de pressão, como de proposta de alternativas e ajustes; por outro lado também deve se refletir na importância do poder público, pois a este cabe um papel fundamental de tornar os recursos acessíveis, colocando à disposição os instrumentos e possibilidades existentes, coordenar os ajustes e mudanças propostas nas políticas e, principalmente, compatibilizar as iniciativas.

4.3 - Sustentabilidade Brasileira via Ação Social Voluntária

Seja por motivos de altruísmo ou benefícios de impostos, ou uma combinação dos dois, mais e mais ONGs estão sendo abertas para fins voluntários. Indubitavelmente, ambas, economia e política têm ajudado a criar um alto interesse sobre o trabalho voluntário.

A importância econômica das ONGs é amplamente reconhecida. Dentro dessas Organizações Não Governamentais, um papel importante é desempenhado pelas organizações voluntárias, que fornecem serviços, particularmente nas áreas do esporte, cultura, religião, educação, saúde, serviços sociais e preservação ambiental. A disputa por voluntários nunca foi tão grande. O número de agências e organizações usando o trabalho voluntário está crescendo a um elevado ritmo.

Quando as comunidades começam a assumir responsabilidades adicionais pelo Bem-Estar de seus cidadãos, ou quando as restrições financeiras se acentuam, a demanda pelos serviços voluntários crescem.

O trabalho voluntário e a ação do setor social privado têm sido chamados para assumir responsabilidades sociais durante estes tempos de globalização, devido aos cortes de verbas em quase todos os programas federais de Bem-Estar Social em diversos países.

O voluntarismo, recentemente também tem recebido grande visibilidade, como um dos promotores da eficiência na resolução de alguns problemas públicos, que antes não eram resolvidos pela esfera governamental.

A ação social voluntária, nesse novo cenário global, tornou-se um terceiro pilar na economia, juntamente com o Governo e o Setor Privado. Os papéis tradicionais dos três setores ainda estão mudando, de forma que agora, cada setor contribui um para com o outro. Isso significa que o setor privado, geralmente, deve criar programas sociais, caso o Estado não os faça. Assim, o futuro do setor privado e do voluntariado estão inseparados.

4.3.1 - A Ação Social Voluntária como promotora de Integração Sócio-Ambiental

As transformações em relação à pobreza e à degradação ambiental estão ocorrendo em esfera mundial, mas é preciso compreender a situação específica do meio ambiente e do pobre e miserável no Brasil uma vez que, a pobreza é uma categoria social construída em cada sociedade com base nos valores de cada uma, e é vivida de forma variada de acordo com o contexto social-ambiental em que está inserida, o que gera a sua grande variabilidade. No entanto, a busca dos conceitos universais também pode ser necessária a fim de encontrarmos o que seria inevitável na situação dos pobres e no tratamento da pobreza, independentemente das variações de localidade.

Dessa busca, um elemento fundamental para que haja um encadeamento sistêmico da promoção de uma integração social do pobre via a participação do trabalho voluntário, é o de *responsabilidade social/ambiental*.

Dessa forma, a grande responsabilidade da sociedade brasileira, na questão da pobreza, é a de resgatar os direitos de cidadania de quem está marginal à sociedade. Fica evidente, portanto, a seguinte contradição: a sociedade moderna privilegia valores como respeito à vida, singularidade pessoal e direito à cidadania e à felicidade, mas não os aplica a todas as pessoas.

Portanto, se bem posicionado, bem atendido nas suas necessidades, bem estimulado à participação social, cada brasileiro é um indivíduo que ainda pode compreender e criticar os acontecimentos dos dias atuais, e também contribuir para a construção da modernidade e do futuro da nossa sociedade.

Apesar dos esforços de associações e sociedades não governamentais, não há um programa sistemático de ações, em âmbito nacional, que possa beneficiar essa população carente ou o meio ambiente,

pois a cultura do voluntariado organizado ainda é incipiente. Em geral, a caridade vem a reboque da noção de doação e assistencialismo, que domina o país, ainda é confundida com voluntariado. Ademais, a questão ambiental é vista puramente segundo uma concepção naturalista de preservação, sem enfocar em seus aspectos variados de interdependência na relação homem/meio ambiente cotidiana.

Para evitar que a sociedade se desintegre em milhares de iniciativas locais isoladas e sem uma finalidade e uma direção nacional coerente, faz-se necessário que o governo federal alavanque o setor voluntário nacional com incentivos ao trabalho para manter um senso de identidade e de vontade política nacional tendo em vista a construção de uma nova economia social.

Na verdade, cabe ao Estado promover alguns mecanismos que possibilitem a uma maior inserção do voluntarismo na cultura nacional, para que assim que possa oferecer uma maior gama de serviços, ao mesmo tempo que os recursos governamentais podem ser alocados para outros programas. Abaixo são citados alguns desses mecanismos:

- Identificação e publicação de exemplos existentes de iniciativas privadas e públicas de erradicação da pobreza via ambiental que tenham sido bem sucedidas;
- Promoção de criação e continuação de parcerias comunitárias, ou seja, estimulação do trabalho de organizações privadas com governos locais;
- Formulação de incentivos e remoção de obstáculos para iniciativas privadas; e
- Contribuição para a melhora de políticas públicas.

Aos poucos as empresas, assim como as pessoas estão percebendo que disponibilizar conhecimentos, sensibilizar parceiros e colaboradores é muito mais importante e compensador do que simplesmente emitir um cheque.

A partir do exercício do voluntariado as ONGs brasileiras vão, passo a passo, disseminando essa cultura. O apoio da sociedade é que torna possível a formação de redes de solidariedade.

4.3.1.1 - A Participação

O mais importante recurso no processo de desenvolvimento da integração social da pessoa marginalizada através do trabalho voluntário é referente à participação dos agentes.

É através da participação de voluntários que se faz uma compensação da participação “econômica” da esfera pública, uma vez que os custos de programas voluntários são pequenos em relação aos burocráticos e seus retornos sociais superam em muito as despesas.

A participação da comunidade mostra-se como o caminho mais adequado para enfrentar os problemas graves e complexos das restrições de financiamento dos gastos deste projeto.

Ora, a citação das contribuições possíveis da participação poderia levar a um conceito puramente instrumental. No entanto, se procurarmos a motivação dos participantes de uma atividade voluntária qualquer, notaremos neles um satisfação pessoal e íntima que vai muito além dos resultados úteis de sua participação.

O sucesso social e a satisfação pessoal dos agentes envolvidos em trabalhos voluntários são os por quês de um projeto nacional de incentivo ao voluntarismo em prol da defesa ambiental e da erradicação da pobreza. Através desse projeto é possível a criação de uma ampla frente de amparo social e de integração dos excluídos no próprio bojo da comunidade local, despertando uma maior adesão à iniciativa social, criando possibilidades, além de ampliar a capacidade delas próprias desenvolverem outros trabalhos sociais.

A participação além de ser um instrumento, é também o caminho natural para a prática de tudo aquilo que é desenvolvido na sociedade. O objetivo da participação voluntária contra as condições de marginalização em que estão pessoas consiste em um processo coletivo transformador, através do qual os pobres e miseráveis se beneficiam dos serviços prestados, à medida que a comunidade se incorpora na ação social, criando meios de integração e erradicação da pobreza na sociedade.

Essa prática requer dos voluntários a interação com as comunidades carentes e para isso exige auto-expressão e o desenvolvimento do pensamento reflexivo, mais uma justificativa para a criação do projeto, uma vez que cria nos agentes comunitários envolvidos condições de ampliar suas potencialidades.

Conclui-se que a participação nesse contexto refletiria 2 bases complementares de interesses: uma base instrumental-voluntária, onde a comunidade local abre novas oportunidades para os seus membros estarem em contato com a *práxis* e uma base instrumental-receptora, onde os benefícios recaem tanto sobre as populações mais necessitadas, quanto sobre o meio ambiente.

4.3.1.2 - A Micro e a Macroparticipação

Quando falamos em participação voluntária transferimos uma carga imediatista e superficial para as conseqüências que recaem sobre o âmago de estruturas sociais, políticas e econômicas afetas. Para evitarmos essas peculiaridades no trabalho voluntário, a participação deverá se desdobrar em duas para definirmos o momento e a esfera de atuação da sociedade.

A primeira é a microparticipação: - aquela na qual a comunidade local se agrega para desenvolver programas de amparo aos pobres e defesa do meio ambiente, desta resultando em benefícios pessoais e imediatos para ambos os agentes envolvidos no processo.

A segunda faceta da participação é a macroparticipação: - que é a esfera da divulgação dos resultados do trabalho voluntário, de forma a ampliar a outras localidades a experiência desenvolvida. É através da macroparticipação que desenvolve uma mentalidade nas pessoas a fim de favorecer uma maior acessibilidade das pessoas marginais junto ao âmago da sociedade, bem como uma melhor compreensão sobre suas responsabilidades ambientais. Portanto, é a falácia de pensamento de se pretender uma política nacional para a erradicação da pobreza e defesa ambiental vis-à-vis às experiências desenvolvidas em diversas localidades.

É necessário deixar claro que esta não é uma proposta com fundo utópico; basta relembrarmos como foi a proliferação vertigionosa e os resultados alcançados pelo projeto do Betinho e pelos projetos Comunidade Solidária e Amigos da Escola, que são exemplos vivos de ampla adesão social em um pequeno espaço de tempo. Verificamos que o "cenário de fundo" é acuradamente similar, haja vista que se tratam de populações carentes. Basta somente que haja a adesão de comunidade locais ao trabalho voluntário e por conseguinte políticas eficazes para incentivo deste tipo de voluntarismo para todo o Brasil.

5 - À Guisa de Considerações Finais

Na atualidade, vivemos um tempo de mudanças sociais, ambientais e econômicas, uma época de grandes afirmações científicas ao lado de grandes incertezas e inseguranças que afetam o futuro da vida humana e as relações entre as pessoas.

A modernização e urbanização acelerada, a partir dos anos 50, fomentada por migrações da área rural, bem como, a industrialização, o declínio da família extensa, com posterior transformação em família nuclear e o advento da "cultura de massas" compõem o quadro responsável pela degradação ambiental no Brasil e a marginalização social, uma vez que essa modernização não se fez acompanhar de estruturas de proteção típicas do Estado de Bem-Estar, como nos países desenvolvidos, onde os mecanismos tradicionais de amparo aos pobres e miseráveis, sobretudo a família, foram substituídos por políticas sociais.

Diante dessa situação, hoje, as políticas do meio ambiente e de erradicação da pobreza não são um conjunto de princípios listados no papel pelo Estado somente, mas o fruto dos embates travados nesse novo patamar que hoje integra a cidadania.

Portanto, as organizações locais, os movimentos específicos, as comunidades constituem um meio importante para alavancar a ação social e, por conseguinte reconstruir o tecido social para as pessoas marginalizadas.

Foi nesse contexto de grandes incertezas em relação a escolhas e transformações da vida na sociedade moderna que foram discutidas as oportunidades e alternativas quanto ao surgimento de uma nova agenda para o combate da pobreza, findando assegurar o bem-estar social através de um ambiente saudável com vistas a garantir qualidade de vida e desenvolvimento ambiental para o Brasil dar certo.

6 - Bibliografia

ALVES, M.A. *Entendendo o Terceiro Setor*. São Paulo: FGV, 2000.

ARIZPE, L.; STONE, M. & MAJOR, D. C., *Population and Environment: rethinking the debate*. Boulder: Westview Press, 1994.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1992: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

BAVA, S. C. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? São Paulo em Perspectiva**,** vol. 10, n nº 3, p.53-59. São Paulo, 1996.

CALDERÓN, A. I. Participação Popular: Uma abordagem da lógica governativa. São Paulo em Perspectiva, vol. 9, nº 4. São Paulo: Seade, 1995.

Delgado, G. *Previdência rural: relatório de avaliação sócio-econômica*. Projeto IPEA/MPAS. Brasília: IPEA, 1997.

DRAIBE, S. M. As políticas Sociais Brasileiras: Diagnósticos e perspectivas. In: *Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas*, vol. 4. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.

ECO, H. *Como se faz uma tese*. Coleção Estudos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

HOFFMANN, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-1998*. Campinas: IE/Unicamp, 2000 (mimeo).

_____. *Distribuição da renda*: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Edusp, 1998.

HOGAN, D. J. & VIEIRA, P. F. (orgs). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LEONARD, H. J. (org.) *Meio Ambiente e Pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 1992.

MARTINE, G. (org.) *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MEDINA, C. A. *Participação e Trabalho Social*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 4ª ed., 1980.

NAVARRO YÁÑEZ, C. J. Globalización y localismo: nuevas oportunidades para el desarrollo. Revista de Fomento Social, vol. 53, nº 209, p. 31-46, 1998.

NÉRI, M.; CONSIDERA, C. & PINTO, A. A evolução da pobreza e da desigualdade brasileira ao longo da década de 90. Economia Aplicada, vol. 3, nº 3, p. 383-406. São Paulo: FEA/USP, 1999.

PELLITERO, M. F. *Ambiente y comportamiento humano*. Salamanca: Varona, 1986.
PUTNAM, R. *Making Democracy Work*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
ROCHA, S. *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil*. Seminário sobre desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (mimeo).
ROSA, C. M. M. (org.) *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.
TORRES, H. & COSTA, H. (orgs). *População e Meio Ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Senac, 2000.
UNITED NATIONS. *Population, environment and development*. New York: United Nations, 1994.
YUNÉM, R. E. Medio Ambiente Urbano: Marco Conceptual. In: *Quiénes Hacen Ciudad? Ambiente Urbano y Participación Popular: Cuba, Puerto Rico, República Dominicana*. Cuenca: SIAP, 1997.

Notas

[i] Definido como processo de mudança social e de elevação das oportunidades presentes da sociedade, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de terem atendidas suas próprias necessidades, o desenvolvimento sustentável requer a compatibilizacão no tempo e no espaço entre crescimento, eficiência econômica, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social.

[ii] Em uma alusão simplista, a decisão de uma pessoa comprar um móvel exemplifica as implicações globais existentes, pois a sobrevivência de alguém é afetada - como o vendedor que receberá ou não a comissão pela venda ou o fabricante que recuperará ou não o dinheiro aplicado na fabricação do móvel - e pode contribuir para um processo de deterioração ecológica (a extração da madeira para a fabricação do móvel, levando, gradativamente, à destruição das florestas) que tem conseqüências potenciais para toda a humanidade.

[iii] A desigualdade de rendimentos pessoais no Brasil, nas últimas décadas, apresenta-se em patamares muito elevados, após períodos praticamente contínuos de crescimento. Os índices de desigualdade registram aumentos tanto nos anos 60 e 70 que foram, em média, períodos de forte crescimento da renda, quanto nos anos 80, caracterizados por redução (ou mesmo estagnação) no ritmo do crescimento econômico, e mantêm-se em níveis elevados no novo cenário econômico que caracteriza os anos 90. Estudos como os de Neri, *et aii* (1999) e Hoffmann (2000) permitem constatar que a situação da desigualdade e pobreza no Brasil, nos anos 90, continua grave. Apesar da redução observada nos índices de desigualdade nos primeiros anos dessa década, nos anos seguintes os indicadores já se elevam, para só decrescer em 1995/96, paralelamente ao processo de estabilização da economia. Os indicadores de pobreza reduzem-se nestes anos, em decorrência dos efeitos do Plano Real. Porém, em 1997 a pobreza volta a crescer e potencializa-se a tendência de reconcentração de renda, com o advento dos efeitos da crise asiática sobre o país.

[iv] Terceiro setor é o espaço institucional que abriga um conjunto de ações de caráter privado, associativo e voluntarista, geralmente estruturadas informalmente, voltadas para a geração de bens e serviços públicos de consumo coletivo; se ocorrer excedentes econômicos neste processo, estes devem ser reinvestidos nos meios para consecução dos fins estipulados. (Alves, 2000).

Atualmente o Terceiro Setor representaria a oitava economia do mundo se pudesse ser considerado uma economia independente. Perderia em ordem decrescente para os E.U.A., Japão, China, Alemanha, França, Reino Unido e Itália, segundo pesquisa comparativa da Johns Hopkins University, USA, set/95.

[v] O conceito de meio ambiente é totalizador. Embora se possa falar em meio ambiente marinho, terrestre, urbano, essas facetas são partes de um todo sistematicamente organizado onde as partes, reciprocamente, dependem umas das outras e onde o todo é sempre comprometido cada vez que uma parte é agredida.

[vi] O Banco Mundial (1992), procurando elaborar uma agenda para o desenvolvimento urbano, considera a crise ambiental emergente nas cidades, juntamente com a pobreza, o maior desafio nesse novo século.

[vii] O processo de urbanização ocorreu de forma descontrolada, produzindo o fenômeno chamado *urbanização por expansão das periferias*. À medida que a cidade não comportava uma infra-estrutura urbana necessária para dar conta do elevado fluxo migratório oriundo do êxodo rural, os novos moradores viram-se obrigados a construir suas moradias nas zonas periféricas da cidade, desprovidas de serviços urbanos básicos como água, luz, esgoto, asfalto, postos de saúde, etc.

[viii] A cidadania está relacionada ao lugar que as pessoas ocupam na sociedade, à ação política que exercem no seu meio e aos direitos a que têm acesso. A consciência dos próprios direitos é processo individual e subjetivo, partindo de um pensar que pode dar suporte a um agir, impulsionando a prática do direito. Trata-se de um processo evolutivo de construção dos direitos humanos a partir do acesso ao espaço público, fundamentado na consciência e na liberdade de pensamento conjungadas à ação.

[ix] O novo enfoque do desenvolvimento local sustentável tem o inegável mérito de permitir a superação das já arcaicas dicotomias urbano/rural e agrícola/não agrícola. Como sabemos hoje, o rural longe de ser apenas um espaço diferenciado pela relação com a terra - e mais amplamente com a natureza e o meio ambiente, está profundamente relacionado ao urbano que lhe é contíguo.

[x] Agenda 21 é um conjunto de medidas a serem feitas para a implementação dos princípios da Declaração do Rio, em 1992.

[xi] Segundo Ignacy Sachs, Roberto Guimarães, entre outros, as várias dimensões da sustentabilidade são:

a) dimensão ética – que inclui as gerações futuras como tendo direito a desfrutar da base de recursos;

b) dimensão temporal – ao romper com o curto prazo e estabelecer o princípio da precaução;

c) dimensão social e política –ao reconhecer que é imprescindível uma sociedade socialmente mais justa e pluralista para produzir o desenvolvimento sustentável; e

d) dimensão pragmática – que constata a necessidade da mudança dos padrões de consumo e de comportamento da sociedade.

[xii] O que deve ser introduzido nos discursos é que a palavra pública, associada à política, não é sinônimo de ação estatal ou de ingerência governamental, mas tem identificação com a "res-publica", isto é, coisa de todos, do povo, e por isso afigura-se como espaço de intervenção e, principalmente, parceria, do Estado e da sociedade.